

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.474 - PR (2019/0036438-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : DEMAYCON COMÉRCIO DE CONFECCÕES LTDA  
**ADVOGADOS** : DOUGLAS VINICIUS DOS SANTOS - PR027334  
ISABELA GAZOLA - PR087762  
LUCAS PARENTI BARTHOLOMEU - PR091230  
**AGRAVADO** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**ADVOGADOS** : CAUÊ PYDD NECHI - PR039659  
CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR E OUTRO(S) - SP247319

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto pela DEMAYCON COMÉRCIO DE CONFECCÕES LTDA., fundado no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 398):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM FASE DE CUMPRIMENTO SENTENÇA. DECISÃO AGRAVADA JULGA PARCIALMENTE PROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E ACOLHE OS CÁLCULOS DA CONTADORIA JUDICIAL. INSURGÊNCIA DO CREDOR. REPETIÇÃO DOS DÉBITOS "EFETIVADOS SOB A SIGLA "DEB. DIV INDISP. IMPOSSIBILIDADE. DÉBITOS QUE DIZEM RESPEITO ÀS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELO CORRENTISTA E QUE NÃO SE CONFUNDEM COM TARIFAS BANCÁRIAS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ OBJETIVA, FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO E VEDAÇÃO DO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. OBSERVÂNCIA A COISA JULGADA MATERIAL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 85, §1 E § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.*

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados às fls. 437/446.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 502, 503, 505, 507, 508 e 1.022 do CPC/15. Para tanto, sustenta, em síntese, além da negativa de prestação jurisdicional, que *"a decisão atacada violou frontalmente a coisa julgada material, haja vista que proferida tão somente em fase de cumprimento de sentença,*

*após o trânsito em julgado do recurso de apelação, com base nas intempestivas e infundadas alegações do banco recorrido" - (fl. 468) e que "a decisão proferida no julgamento do recurso apelativo, já transitada em julgado, foi categórica ao afirmar que todos os débitos realizados na conta corrente da recorrente, referente a prestação de eventual serviço, sem a devida contratação deveriam ter sido restituídos à mesma" - (fl. 468).*

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Quanto ao mérito, a Corte de origem consignou que não houve incidência da coisa julgada no tocante à suscitada ilegalidade dos débitos, mas tão somente quanto às tarifas bancárias, conforme se denota do trecho do acórdão a seguir (fl. 404):

*Verifica-se que de fato a decisão que transitou em julgado entendeu pela ilegalidade da cobrança de tarifas bancárias não pactuadas, entretanto, a verificação e análise de tais valores foi postergada para a fase de liquidação de sentença.*

*Assim, não merece acolhimento a alegação do agravante no sentido de que nenhum momento que antecedeu a impugnação ao cumprimento de sentença houve manifestação da instituição financeira quanto a legalidade dos débitos sob a sigla "deb. Div.*

*Indisp.", e portanto não podem ser discutidas no cumprimento de sentença, justamente porque a verificação e análise desse encargo somente se realizou nesta etapa processual.*

*E quanto a tal lançamento, verifica-se que a decisão atacada se mostra irretocável, já que os "Débitos Diversos Indisponíveis" não se tratam de tarifas bancárias.*

*Por certo, alguns débitos não encontrarão respaldo nas cláusulas contratuais, tendo em vista que não se tratam, propriamente, de encargos contratados (tal como tarifas, juros etc), mas sim de obrigações assumidas perante terceiros cujo pagamento operou-se por meio de débito da conta bancária, de transferências para contas poupanças, saque de dinheiro na boca do caixa e outras operações.*

Ocorre que aferir a extensão da coisa julgada, no caso concreto, ante a alegada identidade entre as demandas exigiria o reexame fático probatório das lides, o que é vedado pela Súmula 7/STJ, conforme se demonstra com as ementas a seguir:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. COISA JULGADA MATERIAL. EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. SÚMULA 7 DO STJ.**

**EXTENSÃO DOS EFEITOS DA COISA JULGADA. SÚMULA 7 DO STJ.**

**1. É assente nesta Corte Superior que "conquanto seja de sabença que o que faz coisa julgada material é o dispositivo da sentença, faz-se mister ressaltar que o pedido e a causa de pedir, tal qual expressos na petição inicial e adotados na fundamentação do decisor, integram a res judicata, uma vez que atuam como delimitadores do conteúdo e da extensão da parte dispositiva da sentença" (REsp 795.724/SP, Rel.**

**Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 1º/3/2007, DJ 15/03/2007).**

**2. É também em razão desse prisma que se firmou o entendimento de que em "havendo dúvidas na interpretação do dispositivo da sentença, deve-se preferir a que seja mais conforme à fundamentação e aos limites da lide, em conformidade com o pedido formulado no processo" (REsp 818.614/MA, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 26/10/2006, DJ 20/11/2006).**

**3. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a alteração das conclusões do Tribunal a quo no tocante à existência ou não de coisa julgada, por não haver nas demandas identidade de parte, causa de pedir e pedido, demandaria o revolvimento fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súm 7 do STJ.**

**4. Consigna-se, também nesse ponto, que o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de rever o alcance e os limites da coisa julgada, demandaria, necessariamente, a incursão na seara fático-probatória constante nos autos, situação que atrai o óbice da Súmula nº 7 do STJ.**

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1267129/AM, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 15/05/2019) - grifou-se.

**PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. DISCUSSÃO ACERCA DO ALCANCE E LIMITES DA COISA JULGADA. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.**

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses das partes.

2. O Tribunal de origem consignou expressamente: "No caso dos autos, observa-se que pretende o autor discutir matéria que já fora objeto de outra ação, tendo em vista buscar o reconhecimento da prescrição de valores descontados pela ré, os quais foram reconhecidos como devidos em demanda judicial já transitada em julgado" (fl. 274, e-STJ).

**3. No presente caso, rever o entendimento da Corte a quo quanto aos limites da coisa julgada implica abrir o reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ. Precedentes do STJ.**

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1607057/PE, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016) - grifou-se.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator